

Luiz Felipe Nobre Braga

**DIREITO  
EXISTENCIAL  
DAS FAMÍLIAS**  
Da Dogmática à Principiologia

Prefácio de  
Pablo Stolze Gagliano

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2014

# Lumen Juris | Editora

www.lumenjuris.com.br

## Editores

João de Almeida  
João Luiz da Silva Almeida

## Conselho Editorial

Adriano Pilatti  
Alexandre Morais da Rosa  
Diego Araujo Campos  
Emerson Garcia  
Firtly Nascimento Filho  
Flávio Ahmed  
Frederico Price Grechi  
Geraldo L. M. Prado  
Gina Vidal Marçilio Pompeu  
Gisele Cittadino

Gustavo Noronha de Ávila  
Gustavo Senechal de Goffredo  
Helena Elias Pinto  
Jean Carlos Fernandes  
João Carlos Souto  
João Marcelo de Lima Assafim  
João Theotônio Mendes de Almeida Jr.  
José Emilio Medauar  
Lúcio Antônio Chamen Junior  
Luigi Bonizzato

Luis Carlos Alcoforado  
Manoel Messias Peixinho  
Marcellus Polastri Lima  
Marcelo Ribeiro Uchôa  
Marco Aurélio Bezerra de Melo  
Ricardo Lodi Ribeiro  
Roberto C. Vale Ferreira  
Sérgio André Rocha  
Victor Gameiro Drummond  
Sidney Guerra

Conselheiro benemérito: Marcos Jurueña Villela Souto (in memoriam)

## Conselho Consultivo

Andreya Mendes de Almeida Scherer Navarro  
Antonio Carlos Martins Soares  
Artur de Brito Gueiros Souza

Caio de Oliveira Lima  
Francisco de Assis M. Tavares  
Ricardo Máximo Gomes Ferraz

## Filiais

Sede: Rio de Janeiro  
Centro – Rua da Assembleia, 36,  
salas 201 a 204.  
CEP: 20011-000 – Centro – RJ  
Tel. (21) 2224-0305

São Paulo (Distribuidor)  
Rua Correia Vasques, 48 –  
CEP: 04038-010  
Vila Clementino – São Paulo – SP  
Telefax (11) 5908-0240

Minas Gerais (Divulgação)  
Sergio Ricardo de Souza  
sergio@lumenjuris.com.br  
Belo Horizonte – MG  
Tel. (31) 9296-1764

Santa Catarina (Divulgação)  
Cristiano Alfama Mabilia  
cristiano@lumenjuris.com.br  
Florianópolis – SC  
Tel. (48) 9981-9353

# Sumário

Prefácio.....	I
CAPÍTULO 1 - TEORIA ESTÉTICA DA COMOÇÃO NO DIREITO EXISTENCIAL DAS FAMÍLIAS.....	1
1.1 Primeiro elogio à Comoção ou dos querereres da nossa doutrina .....	1
1.2 Descobrimdo o sentimento estético: a comoção dos sujeitos enquanto metapoesia da coexistência .....	6
1.3 Estética do engajamento – a comoção como vontade pulsante do sujeito em resposta ao <i>nada</i> existencial.....	29
1.4 A essência da comoção como <i>essência do movimento</i> do homem em busca de amparo .....	37
1.5 A preocupação primordial da Doutrina Existencial do Direito das Famílias a partir do surgimento existencial do <i>princípio</i> .....	39
1.6 Ode à Caridade no Direito Existencial das Famílias pós-convençional: o dever principiológico .....	45
CAPÍTULO 2 - A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA A PARTIR DE UM CONCEITO HIPERBÓLICO, EXISTENCIÁRIO E POTESTATIVO .....	51
2.1 Considerações introdutórias .....	51
2.2 Família livre.....	66
2.3 Sobre um conceito existenciário de família.....	70
2.4 Teoria do Direito Potestativo das Famílias .....	71
2.5 Sobre uma interpretação do princípio da laicidade do Estado para a desobstrução da entidade familiar .....	77
2.6 Considerações finais.....	79

CAPÍTULO 3 - A CONDIÇÃO JUSPRINCIPIOLÓGICA DO CASAMENTO: A COMUNIDADE INTER-AXIO-ONTOLÓGICA.....	83
3.1 Propedêutica .....	83
3.2 Transvalorização Moral no Estado Constitucional e Humanista de Direito.....	88
3.3 O conceito de casamento como comunidade inter-axio-ontológica .....	96
3.4 Conclusão .....	100
CAPÍTULO 4 - A SITUAÇÃO DA MULHER: O RETORNO À COMOÇÃO A PARTIR DE UMA FILOSOFIA DO DIREITO FEMINISTA .....	103
4.1 Excurso inicial .....	103
4.2 Para compreender o movimento feminista .....	106
4.3 Perspectiva ontológica .....	111
4.4 A emancipação normativa e social propriamente dita da isonomia .....	114
4.5 Sobre um conceito ético-político incompleto de justiça na fundamentação da universalidade do discurso principiológico da igualdade .....	116
4.5.1 Para início de conversa .....	116
4.5.2 O conceito ético-político incompleto de justiça em si numa fundamentação pós-metafísica.....	118
4.6 Superação do patriarcalismo primitivo na pós-modernidade .....	133
4.7 Considerações Finais .....	137
CAPÍTULO 5 - O SOLIPSISMO DA IGUALDADE OU O PARADOXO DE HIPÁTIA.....	141

CAPÍTULO 6 - TEORIA DA QUESTÃO COMPLEXA E A AFETAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO CASO PRÁTICO DO ABORTAMENTO DO FETO ANENCEFÁLICO .....	155
6.1 Excurso propedêutico .....	155
6.2 O debate complexo para a configuração formal da interdisciplinaridade acerca do tema polêmico ou teoria da questão complexa propriamente dita.....	157
6.3 Inquirições complementares.....	165
6.4 Complexidade objetual, hermenêutica preliminar do problema e a identificação do princípio filosófico necessário à resolução da <i>quaestio</i> .....	171
6.5 Metafísica da vida e do existir .....	176
6.5.1 Da completude necessária para o inteiro existir-vivente .....	179
6.5.2 Da abnegação do espírito frente à incompletude do corpo e do rompimento ôntico do véu da potência .....	180
6.6 Comentários sobre outros argumentos bioéticos .....	183
6.6.1 Se há algum “grau” de consciência no feto anencefálico e, assim, um “espírito” .....	183
6.6.2 Uma recomendação prudencial: na dúvida é melhor deixar o fluxo natural, que consiste em nascer e viver até quando puder .....	184
6.6.3 Princípio do máximo respeito à vida, desde as suas manifestações mais simples às mais plenas. ....	185
6.7 Reflexões jusprinciológicas a guisa das conclusões .....	187
CAPÍTULO 7 - ETHOS JUSPRINCIPIOLÓGICO NO ATIVISMO JUDICIÁRIO FAMILIARISTA .....	195
7.1 Avante .....	195
7.2 O problema hermenêutico da força normativa da Constituição.....	202

CAPÍTULO 8 - NEOCONSTITUCIONALISMO SANITÁRIO APLICADO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE MISÉRIA SOCIAL: INTERFACES PÓS-CONVENCIONAIS .....	209
8.1 Intróito.....	209
8.2 Estudos preliminares acerca do direito constitucional sanitário e o Sistema Único de Saúde (SUS) .....	216
8.2.1 Princípios ético-políticos .....	222
8.2.2 Princípios organizativos .....	233
8.3 Reflexões filosóficas acerca da Saúde e do Direito Sanitário das Famílias em Miséria .....	239
8.4 Neoconstitucionalismo sanitário das famílias .....	248
8.5 Apontamentos acerca do Sistema Único de Saúde (SUS): uma mudança de paradigma em razão do neoconstitucionalismo sanitário das famílias .....	258
8.6 O SUS e o município: por um modelo regulatório e principiológico efetivo de saúde pública mais próximo das famílias.....	274
8.7 Conclusão .....	279
REFERÊNCIAS .....	283